

# Política Nacional de Infraestrutura Hídrica

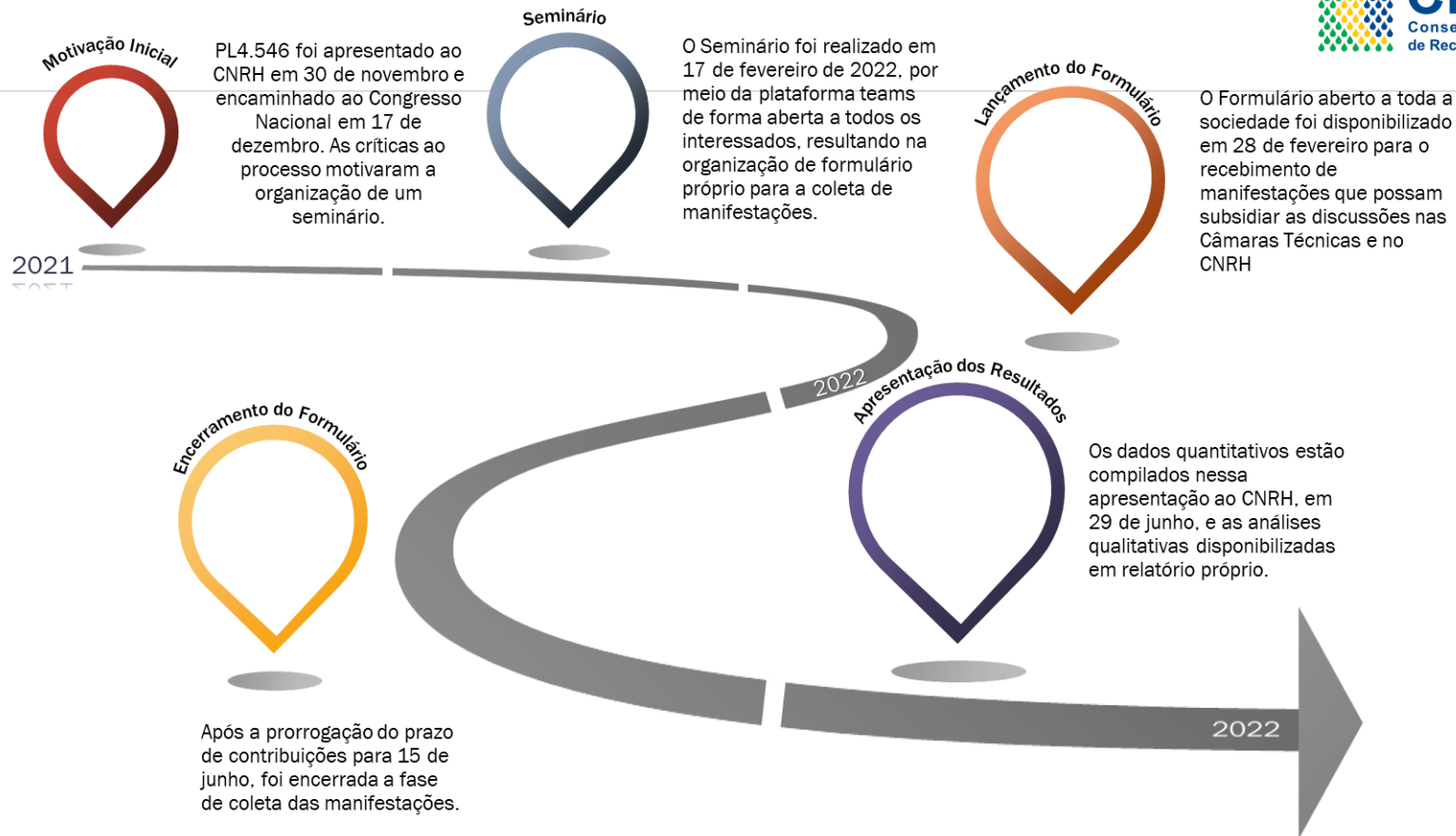


Consolidação das  
manifestações  
recebidas sobre o  
PL 4.546/2021



**CNRH**  
Conselho Nacional  
de Recursos Hídricos

29 DE JUNHO DE 2022



# Estrutura do PL:

## **Capítulo I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e delimita sua atuação sobre a exploração e a prestação de serviços hídricos resultantes do conjunto de atividades, realizadas por meio de infraestruturas hídricas de interesse coletivo.

## **Capítulo II - DA POLÍTICA NACIONAL DE INFRAESTRUTURA HÍDRICA**

- Define os princípios, os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica e estabelece os seus instrumentos: o Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos, o Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos, o Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas, e o Programa Nacional de Eficiência Hídrica.

## **Capítulo III - DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS HÍDRICOS PÚBLICOS**

- Abordar os termos a organização da exploração e da prestação do serviço hídrico. Detalha direitos e obrigações, a política tarifária e os regimes de concessão, permissão e autorização de serviços hídricos.

## **Capítulo IV - DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DOS SERVIÇOS HÍDRICOS PRIVADOS**

- Considerados atividades econômicas de interesse público submetidas à regulação.

## **Capítulo V - DAS SANÇÕES Capítulo VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

- Promove alterações na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e na Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, que cria a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

O formulário foi organizado em Capítulos e Seções para facilitar as manifestações e a sistematização pela Secretaria Executiva visando atender futuras **demandas do CNRH, suas Câmaras Técnicas ou Representações Setoriais.**



Um resumo do teor dos Artigos foi adicionado antes das questões.

O **Capítulo VI do PL 4.546/21**, que **apresenta as alterações da Lei 9.433/97**, contou com uma **seção adicional e maior detalhamento no formulário** que trouxe a íntegra do texto da Lei das Águas em Azul com as alterações propostas em destaque de forma a facilitar a leitura e análise dos respondentes.

O **texto original da Lei 9.433** foi apresentado em **AZUL**.  
As **inclusões** trazidas pelo PL 4.546 em **LARANJA**.  
As **exclusões** ou revogações foram **tachadas**.



## Contribuições à Discussão sobre o Projeto de Lei n. 4.546/2021 no âmbito do CNRH

### 21. PL 4.546/2021 - Capítulo VI - Art. 48

**Art. 48.** A Lei nº 9.433, de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

#### SEÇÃO III

##### DA OUTORGA DE DIREITOS DE USO DE RECURSOS HÍDRICOS


**Art.13** Toda outorga estará condicionada às prioridades de uso estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá respeitar a classe em que o corpo de água estiver enquadrado e a manutenção de condições adequadas ao transporte aquaviário, quando for o caso.

~~Parágrafo único. A outorga de uso dos recursos hídricos deverá preservar o uso múltiplo destes.~~

§ 1º A outorga de que trata o caput deverá preservar o uso múltiplo dos recursos hídricos.

§ 2º A entidade outorgante de uso de recursos hídricos encaminhará ao prestador de serviços hídricos a relação de usuários detentores de outorgas que englobem benefícios decorrentes da prestação do serviço hídrico.



35. Deixe aqui a sua Contribuição sobre esse ponto do Artigo 48 

[Anter.](#)[Próx.](#)



63

respostas

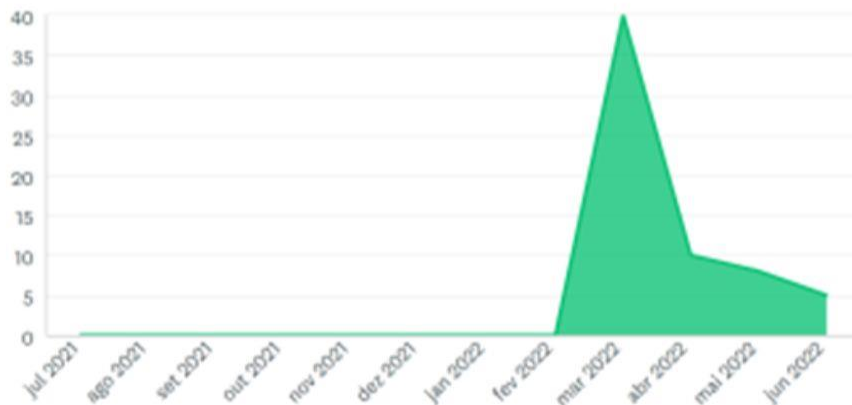
Entre **28 de Fevereiro** e **15 de Junho**.

Maior volume diário de **13 respostas**.

Tempo médio por acesso **6,5 minutos**.

Taxa de conclusão de **24%**.

**99 Perguntas** distribuídas em **57 páginas**



As **manifestações** foram classificadas em **três categorias** :



- **Contribuição** direta com sugestão clara de aprimoramento ou correção do texto do PL, acompanhada ou não de esclarecimentos;



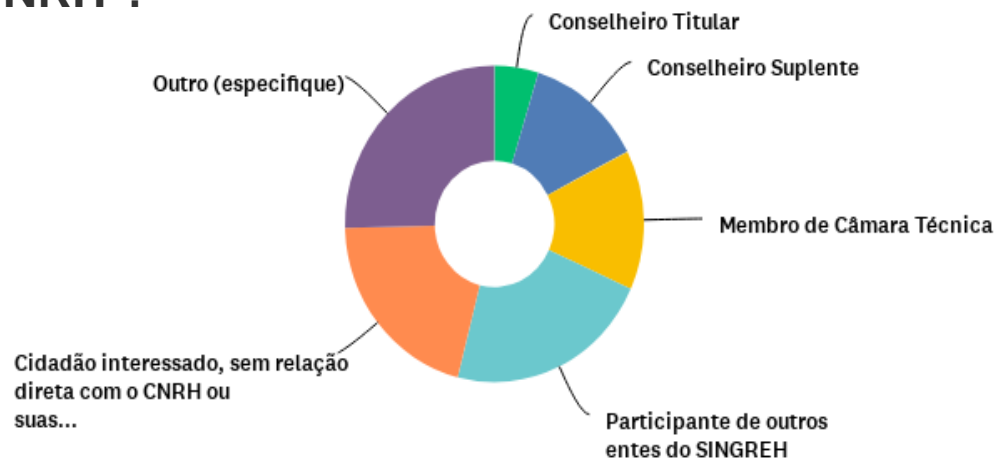
- **Opinião** genérica sobre o PL ou seu encaminhamento, sem a possibilidade de identificação clara do aporte ao texto da proposta; ou



- **Questionamento** sobre pontos específicos trazidos pelo PL, mas sem sugestão de alteração ou aporte ao texto original.

# Qual é a sua relação com o CNRH ?

Responderam: 63 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Conselheiro Titular	4.76%	3
Conselheiro Suplente	12.70%	8
Membro de Câmara Técnica	14.29%	9
Participante de outros entes do SINGREH	22.22%	14
Cidadão interessado, sem relação direta com o CNRH ou suas Câmaras Técnicas e sem atuação direta no SINGREH	20.63%	13
Outro (especifique)	25.40%	16
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>



# Setor a que pertence ou com o qual melhor se identifica

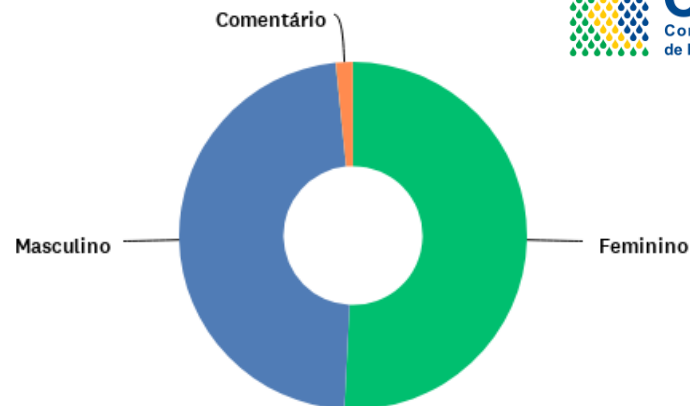
Responderam: 63 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Governo Federal	22.22%	14
Conselhos Estaduais e Distrital de Recursos Hídricos	17.46%	11
Sociedade Civil - Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa	11.11%	7
Sociedade Civil - Organizações Não Governamentais	7.94%	5
Sociedade Civil - Comitês de Bacias Hidrográficas	22.22%	14
Usuários - Indústria	3.17%	2
Usuários - Geradoras de Energia	6.35%	4
Usuários - Prestadoras de Serviços de Saneamento	4.76%	3
Usuários - Irrigantes	0.00%	0
Usuários - Lazer, Pesca e Turismo	4.76%	3
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>

# Com qual gênero melhor se identifica

Responderam: 63 Ignoraram: 0



OPÇÕES DE RESPOSTA	RESPOSTAS	
Feminino	50.79%	32
Masculino	47.62%	30
Outro (identifique em comentários, caso deseje especificar)	0.00%	0
Prefiro não responder	0.00%	0
Comentário	1.59%	1
<b>TOTAL</b>		<b>63</b>

## Contribuições à Ementa:

Institui a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica, dispõe sobre a organização da **exploração** e da prestação dos serviços hídricos e altera a Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e a Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000.

Responderam: 40 Ignoraram: 23

Enviaram manifestações: 9 respondentes



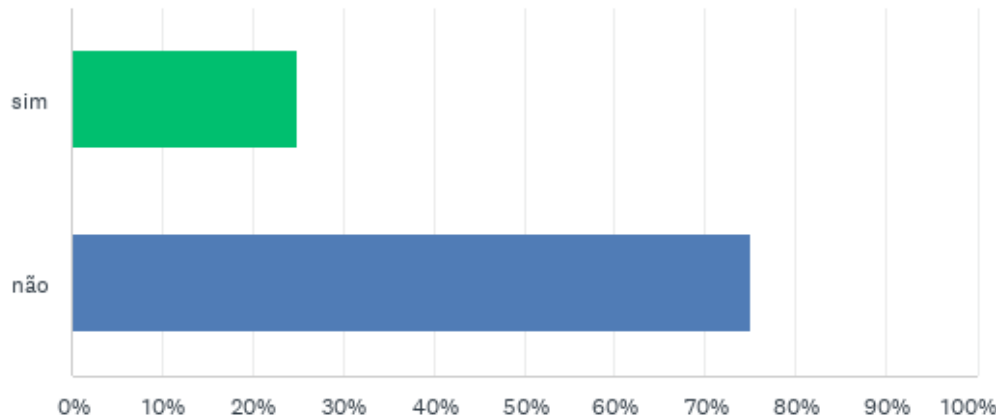
03



06



00



Ex.: Onde se lê “**exploração**”,  
alterar para “**organização dos  
usos e da prestação dos  
serviços hídricos**”.

# Contribuições ao Capítulo I - Disposições Preliminares

Responderam: 32 Ignoraram: 31

Enviaram manifestações: 6 respondentes

Artigos 1º e 2º - aplicação da Lei e definições:



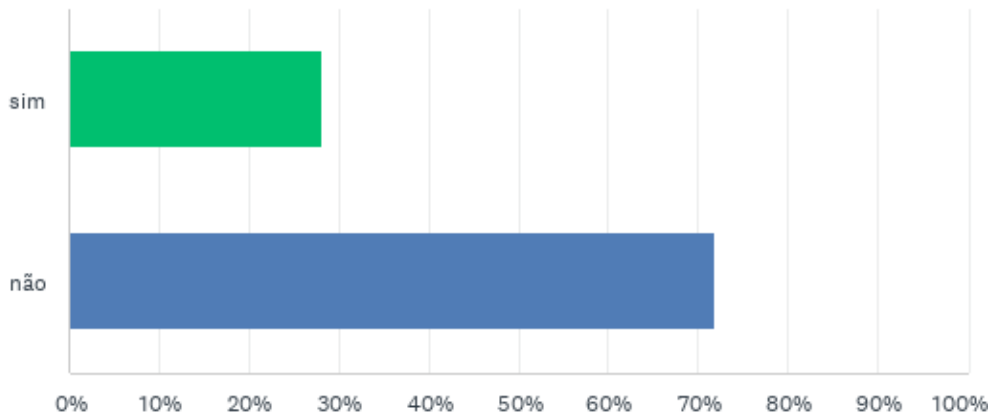
08



02



00



- Críticas e sugestões para as definições de apresentadas no art. 2º, especialmente ao Conceito de Segurança Hídrica;
- Ampliar a participação da sociedade;
- Preservar o texto da Lei 9.433/97.

## Contribuições ao Capítulo II do PL - Da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica:

Artigos 3º ao 8º: Princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica.

Responderam: 28 Ignoraram: 35

Enviaram manifestações: 7 respondentes



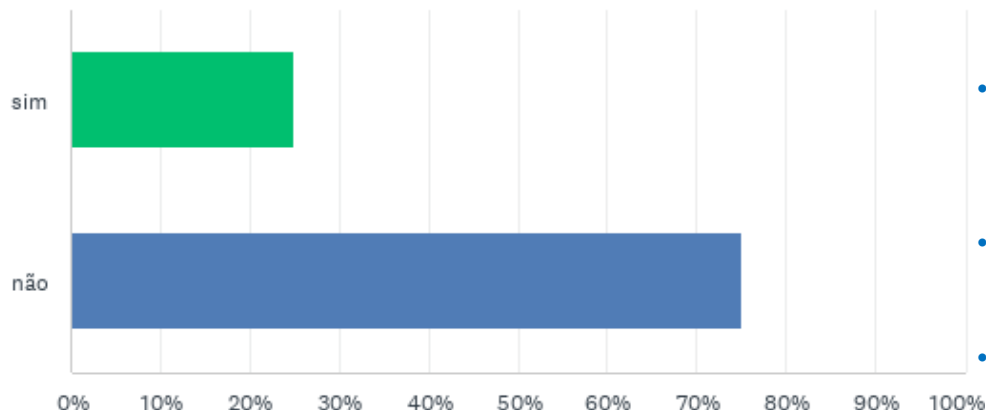
06



09



04



- As diretrizes deveriam atender à Política Nacional de Recursos Hídricos;
- Observar a segurança perante a possibilidade de criar um mercado hídrico;
- Quem fará o monitoramento das infraestruturas hídricas?
- De que forma serão promovidas a suficiência e a resiliência hídrica?



## Contribuições ao Capítulo II

### Seção I - Do Plano Integrado de Infraestruturas e Serviços Hídricos: artigos 9º e 10.

Responderam: 27 Ignoraram: 36

Enviaram manifestações: 8 respondentes



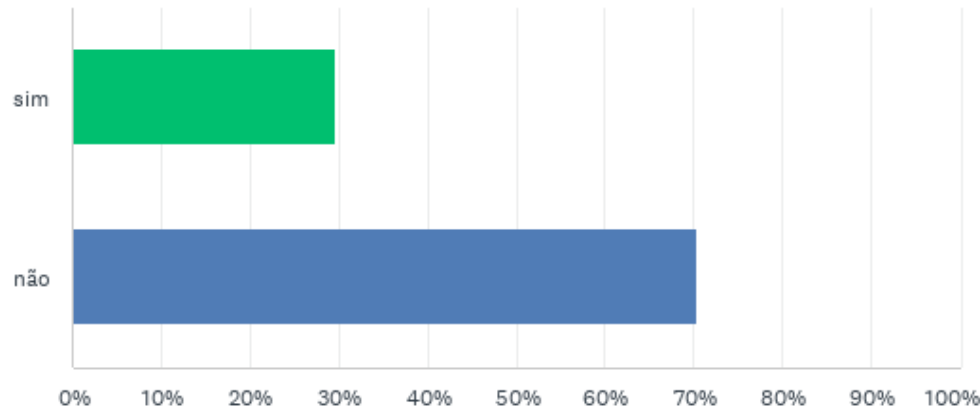
06



04



00



- Incluir outras políticas que possuem interface com o tema;
- “O Plano Integrado conduz a uma política centralizadora...”
- Não está claro o papel do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- Conciderar os diagnósticos e projeções das demandas hídricas dos setores usuários previstos nos planos de recursos hídricos.

## Contribuições ao Capítulo II

### Seção II - Do Sistema Nacional de Informações sobre Infraestruturas e Serviços Hídricos: Artigo 11.

Responderam: 20 Ignoraram: 43

Enviaram manifestações: 2 respondentes



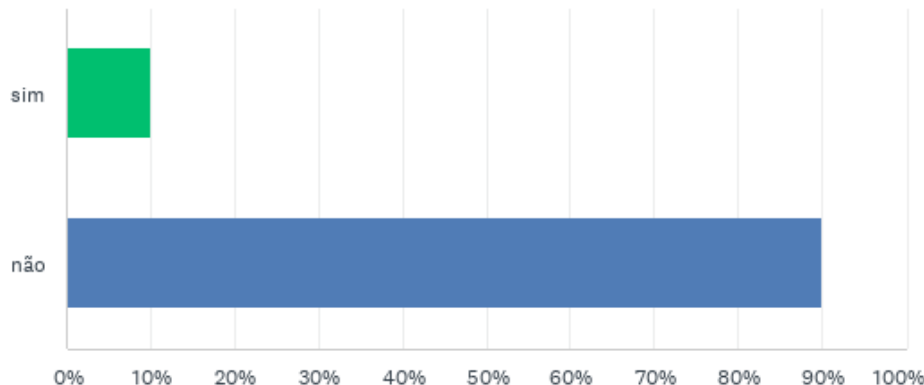
01



01



00



- Criar um sistema de alerta à população em geral, envolvendo os órgãos de fiscalização, controle e governança da água nos municípios e Estados.
- A Política Nacional de Recursos Hídrico já dispõe de instrumento adequado.

## Contribuições ao Capítulo II

### Seção III - Do Plano de Gestão de Infraestruturas Hídricas: Artigos 12 e 13 (objetivos e competências).

Responderam: 19 Ignoraram: 44

Enviaram manifestações: 4 respondentes



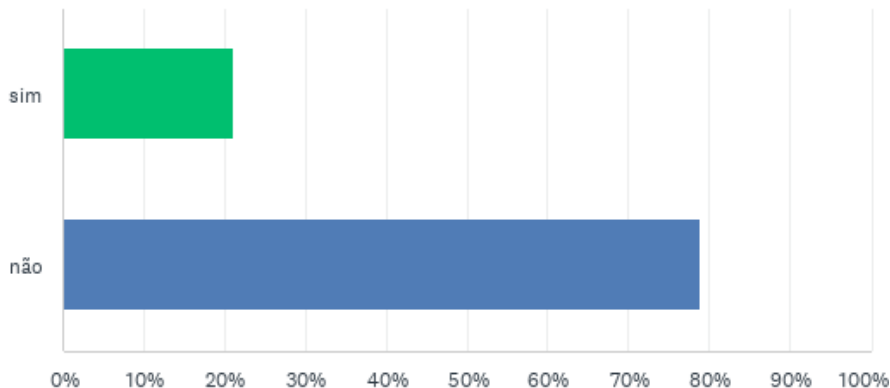
02



03



00



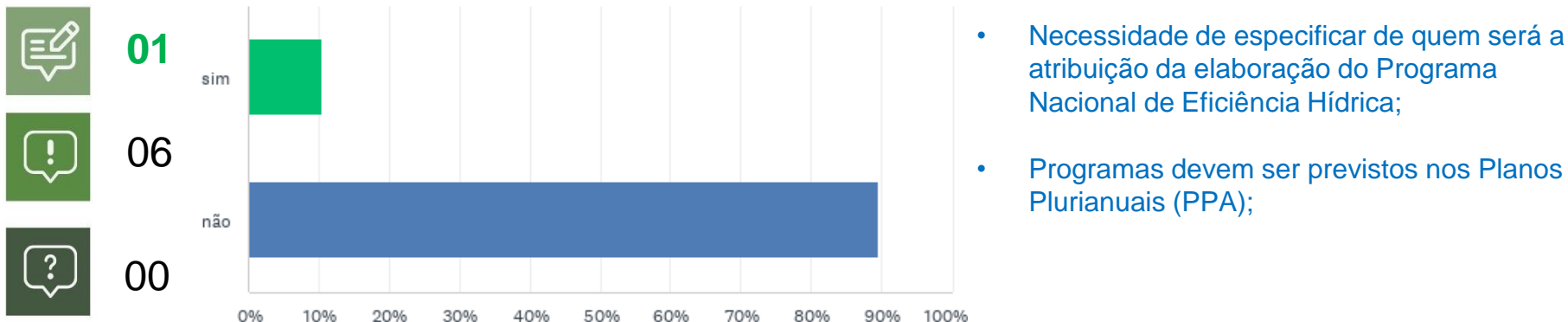
- Os Planos de Gestão de Infraestruturas Hídricas (PGIH) deveriam ser acompanhados de Análise de Impacto Regulatório (AIR).
- Necessário atender ao disposto no Capítulo IV da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019, que prevê articulação entre agências reguladoras em temas que extrapolam atuação de um regulador.
- Os PGIHs poderão apresentar alterações em outorgas de direito de uso do recursos hídricos, as quais necessitam ser avaliadas quanto aos efeitos na geração de energia elétrica.

## Contribuições ao Capítulo II

### Seção IV - Do Programa Nacional de Eficiência Hídrica: Artigos 14 ao 19

Responderam: 19 Ignoraram: 44

Enviaram manifestações: 2 respondentes



## Contribuições ao Capítulo III - Da Prestação e da Exploração dos Serviços Hídricos Públicos. Seção I - Da Prestação e da Exploração dos Serviços Hídricos Públicos - Artigos 20 a 25.

Responderam: 18 Ignoraram: 45

Enviaram manifestações: 3 respondentes



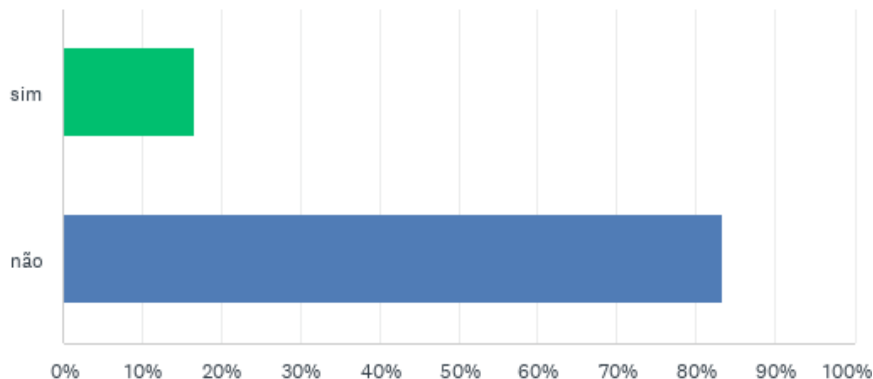
01



06



00



- Sugere-se a criação mecanismos de controle sobre os usos e serviços hídricos nas bacias hidrográficas, devendo os responsáveis ressarcirem financeiramente os danos causados nas bacias e populações atingidas, dando especial atenção aos Povos Indígenas e Quilombolas sediados na região.
- “Sem conhecer o estado das infraestruturas e um debate qualificado não é possível avaliar o artigo”.

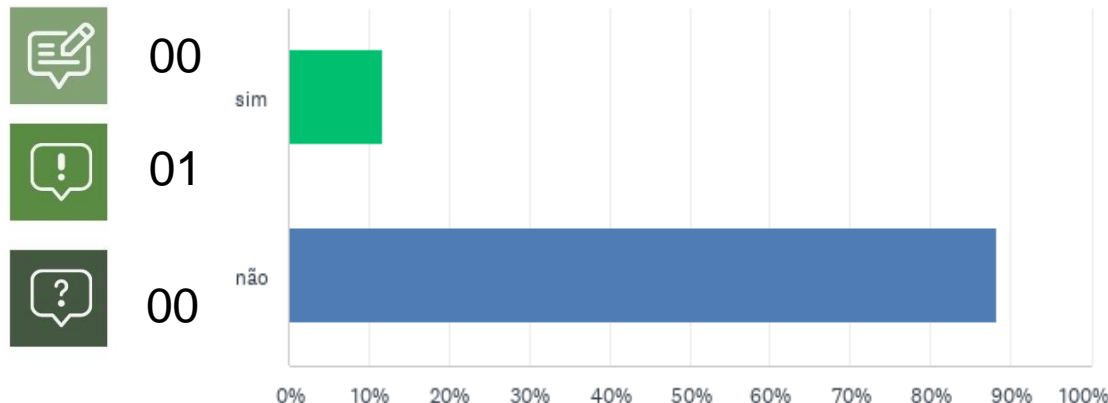


## Contribuições ao Capítulo III

### Seção II - Dos deveres do titular dos serviços hídricos: Artigo 26.

Responderam: 17 Ignoraram: 46

Enviou manifestação: 1 respondente



- “Sem conhecer o estado das infraestruturas e um debate qualificado não é possível avaliar o artigo. Observar as disposições da Lei nº 8.987, de 13/02/1995” - *Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

## Contribuições ao Capítulo III

### Seção III - Dos deveres da entidade reguladora dos serviços hídricos Artigo 27.

Responderam: 16 Ignoraram: 47

Enviaram manifestações: 3 respondentes



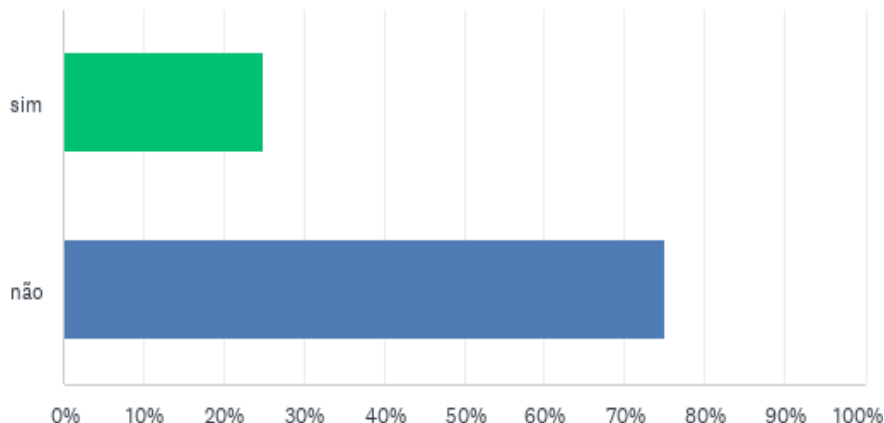
02



01



00



- Prever atribuições adicionais necessárias à regulação do tema (garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e prezar pela modicidade tarifária).
- Excluir a palavra “mediar” do inciso IX do art. 27: *(IX - prevenir ~~e mediar~~ conflitos entre prestador do serviço hídrico e usuário);*
- Observar as disposições da Lei nº 8.987, de 13/02/1995.

## Contribuições ao Capítulo III

### Seção IV - Dos direitos e das obrigações do prestador dos serviços hídricos:

Artigos 28 e 29.

Responderam: 16 Ignoraram: 47

Enviaram manifestações: 2 respondentes



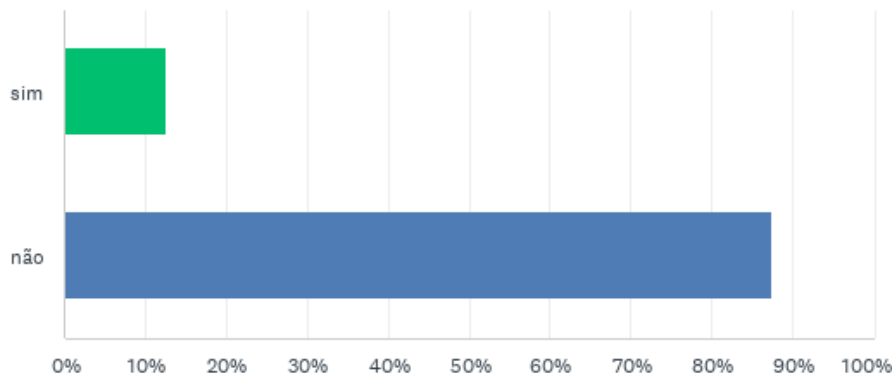
01



02



00



- Observar as disposições da Lei nº 8.987, de 13/02/1995.
- Ajustes de forma no inciso IV do art. 29: é proposta a supressão do parágrafo único e ajustes nas obrigações do prestador dos serviços hídricos em um único dispositivo.

## Contribuições ao Capítulo III

### Seção V - Dos direitos e das obrigações dos usuários: Artigos 30 e 31

Responderam: 16 Ignoraram: 47

Enviou manifestação: 1 respondente



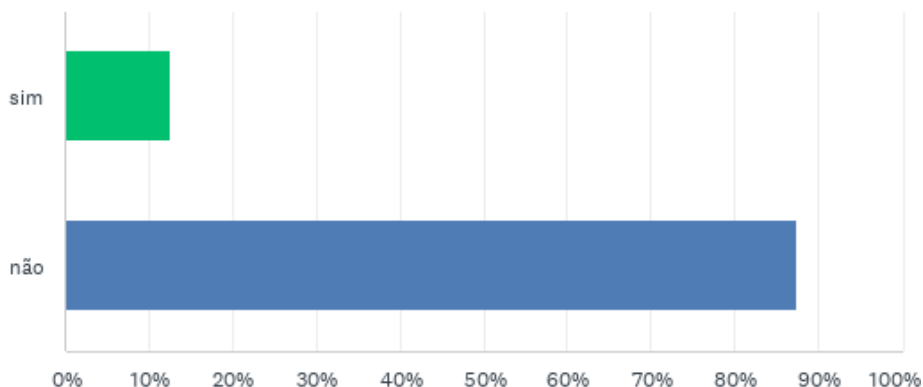
00



02



00



- Observar as disposições da Lei nº 8.987, de 13/02/1995.

## Contribuições ao Capítulo III

### Seção VI - Da política tarifária: Artigos 32 a 37.

Responderam: 16 Ignoraram: 47

Enviaram manifestações: 4 respondentes



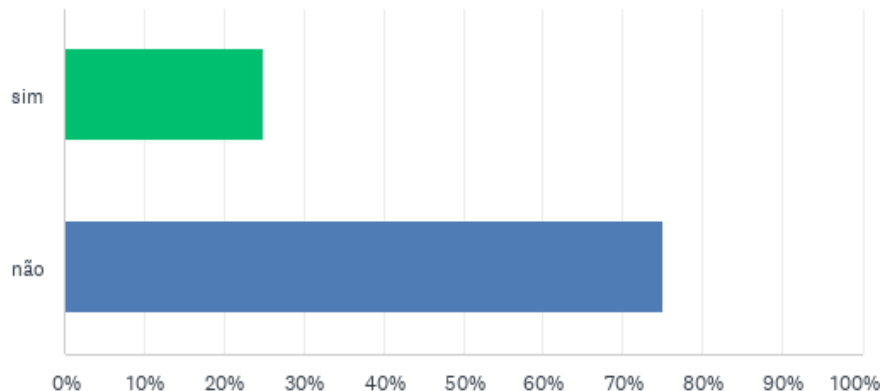
04



07



00



- Ajustes propostos no § 2º do art. 32 (texto não está claro); no inciso VII do art. 33 e nos artigos 34 e 37;
- Criar canal de transparência e controle social, informando ao público em geral e Academias os valores arrecadados e destinação dos mesmos para a manutenção e investimentos em infraestrutura hídrica nas Bacias Hidrográficas, priorizando os municípios que não possuem infraestrutura hídrica e saneamento básico.



## Contribuições ao Capítulo III

### Seção VII - Dos contratos de concessão e permissão de exploração dos serviços hídricos: Artigos 38 ao 40.

Responderam: 16 Ignoraram: 47

Enviaram manifestações: 3 respondentes



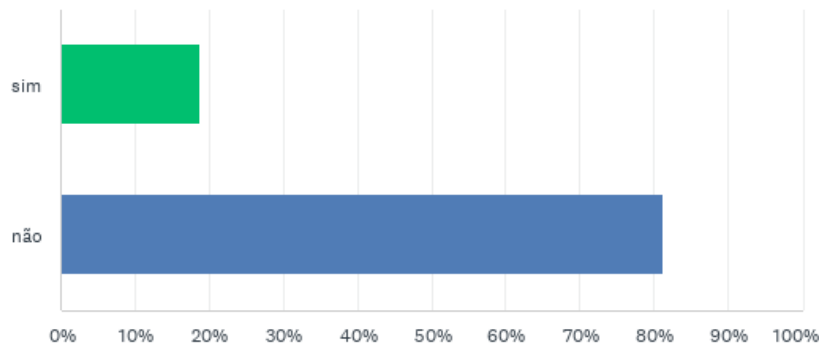
02



03



00



- Ajustes propostos no art. 38: visam deixar claro que a prestação dos serviços hídricos referida no caput do artigo não se aplica às infraestruturas do setor elétrico. Busca segurança jurídica.
- Sugere-se alterar a palavra “exploração” por “usos” dos serviços hídricos.

## Contribuições ao Capítulo IV - Da Prestação e da Exploração dos Serviços Hídricos Privados: Artigos 41 a 44.

Responderam: 16 Ignoraram: 47

Enviaram manifestações: 2 respondentes



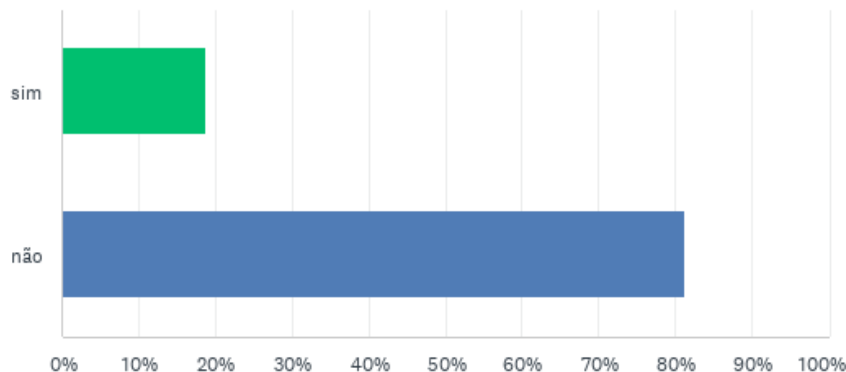
01



04



00



- Ajuste proposto no art. 44: visam deixar claro que a prestação dos serviços hídricos referida no caput do artigo não se aplica às infraestruturas do setor elétrico. Busca segurança jurídica.
- Sugere-se alterar a palavra “exploração” por “usos” dos serviços hídricos.
- Sugere-se incluir diretrizes gerais para a definição de tarifas. Além disso que a definição da tarifa seja realizada em conjunto com a entidade reguladora, de modo a propiciar maior segurança regulatória.

## Contribuições ao Capítulo V – Das Sanções: Artigos 45 a 47

Responderam: 16 Ignoraram: 47

Enviaram manifestações: 3 respondentes



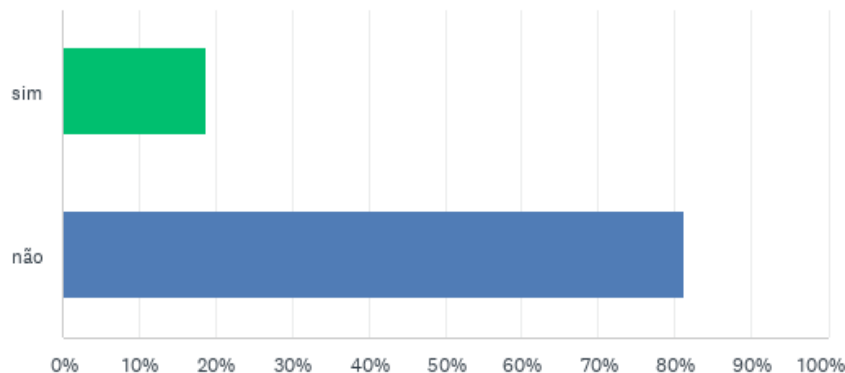
03



03



00



- Ajustes propostos nos artigos 45 e 46: visam deixar claro que as sanções devem ser aplicadas somente à prestação de serviços hídricos. Não estariam sujeitos à infração os outros serviços prestados (exemplo geração energia e saneamento);
- Ajustar o valor mínimo de multa e considerar os riscos e os danos efetivos para a aplicação das sanções.
- É preciso realizar debate qualificado para avaliar os artigos.

## Contribuições aos Capítulo VI - Disposições Finais e Transitórias: Artigos 48 a 53 (alterações na Lei 9.433/1997 e Lei 9.984/2000).

Responderam: 16 Ignoraram: 47

Enviaram manifestações: 3 respondentes



09

sim

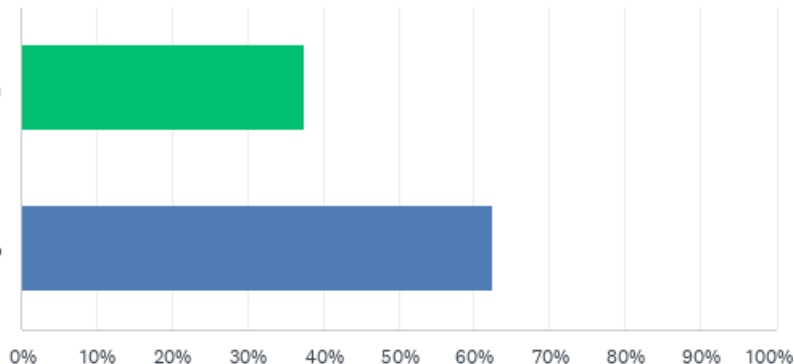


06

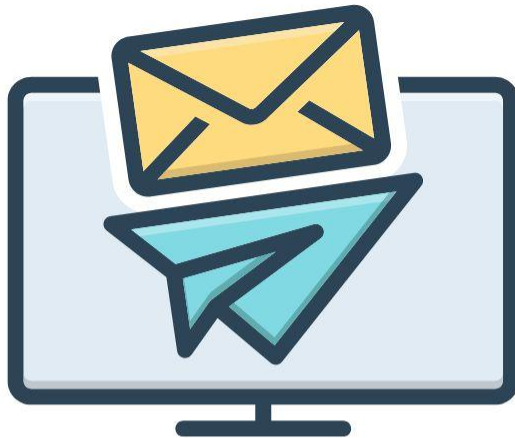
não



00



- Sugere-se a exclusão do instrumento de cessão onerosa de direito de uso de recursos hídricos.
- Considera-se que a cessão onerosa funcionará como um mercado da água, o que seria contraditório com relação ao próprio instrumento da outorga que veda possibilidade de alienação da água como bem público.
- Sugere-se a exclusão da proposta de alteração do art. 20 da Lei 9.433/97, visando manter a autonomia dos Comitês de Bacia hidrográfica...



Além das Manifestações Recolhidas por meio do **Formulário Aberto** também foram recebidas Moções e Manifestações encaminhadas à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos por diversos entes do Singreh.

Esses documentos estão registrados em processo próprio (SEI) e serão analisados e direcionados ao Plenário oportunamente.



Processos SEI [59000.005983/2022-37/59000.006875/2022-81](#) e [59000.010825/2022-07](#) :

- Nota Técnica do Observatório das Águas (3771072);
- Carta CBH Guandu nº 043/2022 (3817074);
- Manifestação das OTEP/CNRH - PL4546/2021 (3685134);
- Ofício 005/2022 (3791126) – Moção do CERH PB;
- Ofício nº 193/2022/SEMARH (3709664) – Moção do CERH RN.;
- Ofício CRH nº 08/2022 (3807513) – Moção do CERH SP.

+



Contribuições do Seminário Internacional:

- Pontos fortes e fracos do PL e experiências internacionais.
- Também disponível no [site do MDR](#)

## Contribuições do Seminário Internacional – 9 de março de 2022.



# Contribuições do Seminário Internacional

## Pontos positivos:

- Integração das diversas políticas públicas (como fazer esta integração?);
- Sustentabilidade financeira para manutenção e operação das infraestruturas hídricas;
- Relação positiva e sinérgica com a Política Nacional de Segurança de Barragens;
- Novas competências de regulação para os órgãos gestores de recursos hídricos;
- Planejamento da Gestão de Infraestrutura Hídrica na busca da garantia do uso eficiente e sustentável;
- O Programa de Eficiência de Usos (deve ser vinculado à outorga de direito de uso dos recursos hídricos);
- Gestão de conflitos por meio da cessão de onerosa de direito de uso de recursos hídricos (necessário detalhar melhor as diretrizes gerais).

## Pontos negativos:

- Ausência de caráter vinculante para aplicação de recursos orçamentários (recursos da cobrança e da CFURH).
- O Plano de Gestão de Infraestrutura mantém a complexidade da gestão dos recursos hídricos para usos múltiplos;
- Critérios para usos prioritários em casos de escassez hídrica devem ser nos moldes da Lei nº 9433/97.
- Necessário especificar melhor a relação entre o serviço hídrico e outorga (relação entre órgão outorgante, usuário e prestador de serviço hídrico).
- A possibilidade da suspensão da outorga quando da inadimplência nos moldes do serviço hídrico deveria ser também apresentada para a inadimplência em relação à cobrança pelo uso (outorgas).
- Necessidade de estabelecer regras claras para o aplicação dos recursos de custeio nas Agências de Água/ou equiparadas.



# Obrigad@!

Secretaria Executiva do CNRH

- <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/cnrh>